

Impactos do Processo de Convergência às Normas Contábeis Internacionais e a Importância da Depreciação dos Ativos Imobilizados

Ana Paula Carvalho Castelo¹
Luciano Nurnberg Peres²
Rafaela V. Glück Torres Nurnberg³
José Orcélio do Nascimento⁴

RESUMO ESTRUTURADO

Introdução/Problematização: O Brasil está em processo de convergência às normas contábeis internacionais no contexto do setor público. Levando em consideração a importância deste processo, a importância da depreciação dos ativos imobilizados para a adequada gestão patrimonial e a negligência das entidades públicas em registrarem a depreciação, buscou-se investigar aspectos relacionados ao processo de convergência e a depreciação de ativos imobilizados.

Objetivo/proposta: Analisar como o processo de convergência tem impactado os servidores públicos da área de gestão patrimonial e como a depreciação é vista neste processo.

Procedimentos Metodológicos: Foram aplicados 40 questionários eletrônicos a servidores públicos ligados à gestão de ativos, dos quais obteve-se 27 respostas. O questionário é composto por 16 questões e foi aplicado no período de 04/11/2022 a 11/11/2022.

Principais Resultados: Os resultados revelaram que a depreciação desempenha um papel crucial na avaliação do patrimônio público, com a maioria dos respondentes concordando sobre sua relevância. Foi constatado que nem todos os servidores envolvidos possuem o conhecimento necessário para aplicar adequadamente as práticas de depreciação. Em relação à convergência às normas contábeis internacionais, os respondentes mostraram uma visão positiva do processo no sentido de gerar reconhecimento do profissional contábil. A pesquisa identificou desafios na implementação e compreensão das mudanças contábeis, sugerindo a necessidade de capacitação específica e melhorias nos sistemas informatizados.

Considerações Finais/Conclusão: Conclui-se que a depreciação de ativos desempenha um papel crucial na avaliação do patrimônio público, mas existem lacunas no conhecimento e desafios na implementação das normas contábeis internacionais. A capacitação específica e melhorias nos sistemas são essenciais para atender às normas de contabilidade aplicadas ao setor público.

Contribuições do Trabalho: Este estudo contribui para uma compreensão mais profunda dos desafios e oportunidades relacionados ao processo de convergência aos padrões internacionais de contabilidade aplicada ao setor público, destacando a importância da depreciação e da capacitação específica. Isso pode ajudar na melhoria da gestão de ativos e na transparência das informações contábeis no setor público.

Palavras-Chave: Depreciação. Ativo Imobilizado. Normas Brasileiras de Contabilidade. Setor Público.

¹ Pós-Graduada em Gestão Pública em Auditoria pela Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP).

² Doutorando em Controladoria e Contabilidade pela Faculdade de Administração, Economia e Contabilidade (FEA/USP).

³ Pós-Graduada em Contabilidade Pública pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI).

⁴ Doutorando em Administração pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul (USCS) e Coordenador de Pós-Graduação pela Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado (FECAP).

1. Introdução

A Contabilidade Pública no Brasil e no mundo tem passado por mudanças relevantes que requerem maior compreensão das normas contábeis. O crescimento da economia mundial impacta no avanço das práticas contábeis, uma vez que a expansão dos mercados, no rumo da globalização, reflete na necessidade de implantação de práticas contábeis que sejam semelhantes aos diferentes países, permitindo assim a comparabilidade das informações.

Uma mudança no cenário brasileiro se faz necessária, visto que a Contabilidade no Brasil sempre esteve dividida entre Pública e Privada, contemplando leis e regras específicas para cada setor, com a primeira tendo como foco principal o orçamento e a segunda, o patrimônio. Considerando a internacionalização das normas contábeis, a contabilidade pública precisa apresentar transparência para fornecer informações a diferentes usuários referentes às questões financeira, orçamentária e econômica, de forma a unificar a teoria e as práticas contábeis.

Conforme Silva et al. (2014), a internacionalização das normas contábeis trata-se de um marco por proporcionar que as empresas de variados países utilizem a mesma forma de reconhecer, mensurar e evidenciar os atos e fatos contábeis, propiciando avanço na economia mundial. O mesmo raciocínio pode ser aplicado às entidades públicas. Ao utilizar as mesmas práticas contábeis, as diferentes entidades públicas poderão ser comparadas com base em um conjunto de normas padronizado. Há alguns anos busca-se a harmonização das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCASP), um processo que envolve a convergência dos normativos nacionais às normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público, mais especificamente as International Public Sector Accounting Standards (IPSAS). Conforme Garrido e Sanabria, (2001), harmonização é entendida como um processo em que se avança no sentido da diversidade para a comparabilidade global.

Como aponta Nascimento et al. (2015), a ciência contábil (cujo objeto é o Patrimônio) é uma só, apenas com algumas especificações dependendo da sua área de aplicação. Agora, somando o processo de convergência às normas internacionais, a administração pública não mais poderá ter uma visão contábil exclusivamente orçamentária. Pode-se dizer que o Brasil está vivenciando uma nova contabilidade aplicada ao setor público, um processo de melhoria da qualidade de evidenciação, que mesmo sendo considerado complexo e inovador, tem por finalidade tornar as informações contábeis dos entes públicos mais compreensíveis, úteis e confiáveis aos usuários, auxiliando em tomadas de decisões mais seguras.

Em decorrência do enfoque orçamentário que vinha sendo adotado pela contabilidade pública brasileira, um dos quesitos que foi praticamente negligenciado é a depreciação dos ativos imobilizados. Iudícibus et al. (2019) orientam que o ativo imobilizado é a parcela do ativo em que se encontram os bens tangíveis destinados ao uso e à manutenção da atividade da empresa. Já a depreciação expressa a perda de valor sofrido pelo imobilizado por força do tempo e pelo seu uso. Este fenômeno, a depreciação do ativo imobilizado, é relevante e deve ser registrado pela contabilidade para que ocorra o devido controle do patrimônio, seja ele público ou privado.

Levando em consideração a importância do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público, a importância da depreciação dos ativos imobilizados para a adequada gestão patrimonial e a negligência das entidades públicas em registrarem a depreciação, levantou-se a seguinte questão de pesquisa: como o processo de convergência tem impactado os servidores públicos da área de gestão patrimonial e como a depreciação é vista neste processo?

Considerando a necessidade de pesquisas voltadas ao setor público e com base no processo de convergência às normas internacionais de contabilidade deste setor, este estudo irá adentrar na importância da aplicação dessas normas e, em específico, analisar a importância da depreciação dos ativos imobilizados neste processo. Espera-se que este estudo traga contribuições para o setor público quanto a transparência aos serviços prestados à sociedade.

2. Referencial Teórico

2.1. Contabilidade aplicada ao setor público

Segundo Castro (2018), a contabilidade caracteriza-se por um conjunto de procedimentos ordenados e concretos aplicáveis na busca do objetivo específico que é a informação. Está fundamentada em controles apropriados dos registros efetuados, sustentada em bases sólidas de suporte documental, utilizando regras transparentes das técnicas aplicadas. Representa por tudo isso, a parte mais segura das informações produzidas na entidade, importante instrumento para subsidiar os dirigentes, dar transparência à sociedade e garantir fidedignidade aos órgãos de controle interno e externo.

Conforme Kohama (2000), a contabilidade pública é um dos ramos mais complexos da ciência contábil e tem por objetivo captar, registrar, acumular, resumir e interpretar os fenômenos que afetam as situações orçamentárias, financeiras e patrimoniais das entidades. O autor também cita que o patrimônio público compreende o conjunto de bens, direitos e obrigações avaliáveis em moeda corrente das entidades que compõem a administração pública e reforça que na contabilidade pública deve ser entendido como patrimônio público somente aquele passível de contabilização. Andrade (2017), menciona que os recursos controlados pela contabilidade das instituições públicas são próprios ou advindos de fontes externas, mediante tributos e transferências legalmente estabelecidas.

O que se observa no cenário mundial é que através da convergência às normas contábeis internacionais atenua-se a divisão da linguagem contábil, pois há a unificação dos procedimentos contábeis. Conforme Garrido e Sanabria, (2001), harmonização é entendida como um processo em que se avança no sentido da diversidade para a comparabilidade global.

Segundo Figueira e Silva (2014), mediante a adoção dos padrões internacionais de contabilidade, a linguagem contábil dos negócios públicos vem com a função de simplificar o acesso às informações de maneira que englobe todos os usuários externos, sobretudo os cidadãos, na digna tarefa de demonstrar o controle social. No entanto, sua apresentação é complexa, abrangendo muitos elementos ou partes.

A Contabilidade em sua totalidade engloba fatos passados, presentes e futuros que demonstram ações tomadas por agentes com a finalidade de evidenciar os registros e controles ocorridos na administração financeira, orçamentaria e patrimonial de um ente.

2.2. Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público

As Normas Brasileiras de Contabilidade são a base de conduta e de padrões que contém os procedimentos técnicos a serem utilizados na aplicação dos trabalhos contábeis, tendo como objetivo melhorar e aperfeiçoar a contabilidade pública. A necessidade de conciliação com as normas contábeis internacionais tem grande foco na transparência e na responsabilidade que envolve a tomada de decisões.

De acordo com Castro (2018) a edição das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) vem destacando a importância dos aspectos patrimoniais no setor público, sem perder de vista as peculiaridades dos aspectos orçamentários, complementada pelas alterações na estrutura do Plano de Contas do Setor Público, na reestruturação dos Anexos da Lei Nº 4.320/64 e nas mudanças na Lei Nº 6.404/76 do setor privado, pelas Leis Nº 11.638/07 e 11.941/09, o que evidencia a aproximação entre a contabilidade aplicada ao setor público e privado, ambas em busca da convergência com as normas internacionais relativas aos respectivos contextos (no caso brasileiro, o setor privado convergiu às International Financial Reporting Standards – IFRS e o setor público está em processo de convergências às IPSAS, como mencionado anteriormente).

De acordo com Figueira e Silva (2014), as benfeitorias trazidas pela adoção de normas contábeis baseadas nas IPSAS trazem uma força positiva na classificação de dívidas, uma maior contestação fiscal, aumento de credibilidade e uma melhora no entendimento dos momentos reais das decisões políticas e até uma menor potencialidade para corrupção.

Em 2008, se iniciou o processo de convergências às Normas Internacionais de Contabilidade, deste processo obteve-se entendimentos que resultaram no conteúdo apresentado no quadro 1.

Com exceção da NBC T 16.11 que está vigente até o final do ano de 2023, as demais normas foram revogadas e atualmente a base para a contabilidade pública são as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP). As NBC T 16 constituíram um momento inicial e relevante para lançar luz ao enfoque patrimonial da contabilidade e, apesar de revogadas, continuam tendo utilidade em relação ao contexto da contabilidade pública.

Para o foco deste estudo, que é sobre a depreciação de ativos imobilizados, é importante citar a NBC TSP 07 - Ativo Imobilizado que possui o objetivo de apresentar o tratamento contábil para ativos imobilizados no escopo do setor público. Além disso, tal norma apresenta questões a serem consideradas na contabilização do ativo imobilizado, como o reconhecimento, a determinação dos valores contábeis e os valores de depreciação e de perdas por redução ao valor recuperável. Sendo assim, a NBC TSP 07 constitui-se como uma fonte e confiável para as diretrizes relacionadas ao controle do ativo imobilizado e da respectiva depreciação.

A NBC TSP 07 é a fonte atual de diretrizes relacionadas ao ativo imobilizado no contexto brasileiro e representa a convergência à IPSAS 17 – Property, Plant, And Equipment. Apesar disso, já existe uma nova IPSAS relacionada ao ativo imobilizado, a IPSAS 45 – Property, Plant, And Equipment, que substitui a IPSAS 17. Contudo, a IPSAS 45 ainda não foi convergida para uma NBC TSP.

NORMAS E RESOLUÇÃO	TÍTULO	DESCRIÇÃO
NBC T 16.1 Resolução: 1.128/08	Conceituação, Objetivo e Campo de Aplicação	Estabelece a conceituação, o objetivo de aplicação da Contabilidade Aplicada ao Setor Público
NBC T 16.2 Resolução: 1.129/08	Patrimônio e Sistemas Contábeis	Estabelece o Conceito de Patrimônio Público, sua classificação sob o enfoque contábil, o conceito e a estrutura do sistema de informação contábil
NBC T 16.3 Resolução: 1.130/08	Planejamento e Seus Instrumentos sob o Enfoque Contábil	Estabelece as bases para controle contábil do Planejamento desenvolvido pelas entidades do Setor Público, expresso em planos hierarquicamente interligados
NBC T 16.4 Resolução: 1.131/08	Transações no Setor Público	Estabelece conceitos, natureza e tipicidades das Transações no setor Público
NBC T 16.5 Resolução: 1.132/08	Registros Contábeis	Estabelece critérios para o Registro Contábil dos atos e fatos que afetam ou possam vir a afetar o patrimônio das entidades do setor público
NBC T 16.6 Resolução: 1.133/08	Demonstrações Contábeis	Estabelece as Demonstrações Contábeis a serem elaboradas e divulgadas pelas entidades do setor público
NBC T 16.7 Resolução: 1.134/08	Consolidação das Demonstrações Contábeis	Estabelece conceitos, abrangência e procedimentos para Consolidação das Demonstrações Contábeis no setor público
NBC T 16.8 Resolução: 1.135/08	Controle Interno	Estabelece referências para o Controle Interno como suporte do sistema de informação contábil, no sentido de minimizar riscos e de dar efetividade às informações da contabilidade, visando contribuir para o alcance dos objetivos da entidade do setor público
NBC T 16.9 Resolução: 1.136/08	Depreciação, Amortização e Exaustão	Estabelece critérios e procedimentos para o registro contábil da Depreciação, da Amortização e da Exaustão.
NBC T 16.10 Resolução: 1.137/08	Avaliação e Mensuração de Ativos e Passivos em Entidades do Setor Público	Estabelece critérios e procedimentos para a Avaliação e a Mensuração de Ativos e Passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público
NBC T 16.11 Resolução: 1.166/11	Sistema de Informação de Custos do Setor Público	Estabelece a conceituação, o objeto, os objetivos e as regras básicas para mensuração e evidenciação dos custos no setor público e apresentado, nesta norma como Subsistemas de Informação de Custos do Setor Público (SICSP)

Quadro 1 – Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público -NBCASP

Fonte: Adaptado de CFC 2012.

2.3. Depreciação de ativos na contabilidade pública

Para Castro (2018), quando os elementos do ativo imobilizado tiverem vida útil econômica limitada, ficam sujeitos a depreciação, amortização ou exaustão sistemática durante esse período.

De acordo com Iudícibus e Marion (2009), a depreciação é uma despesa, no sentido de que todos os bens e serviços consumidos por uma empresa podem ser entendidos como despesas em sentido amplo. Poderá ser computada como custos (um tipo específico de despesa), em cada exercício, a importância correspondente à diminuição do valor dos bens do ativo imobilizado resultante dos desgastes pelo uso, ação da natureza e obsolescência, quando aplicados diretamente ao bem ou serviço considerado. A amortização corresponde à perda do valor

correspondente de ativos intangíveis e a exaustão corresponde à perda do valor decorrente da exploração de direitos cujo objeto sejam recursos minerais ou florestais. Este estudo foca-se apenas no caso da depreciação, valor considerado sobre os ativos imobilizados.

Na definição de Sá e Sá (2009), a depreciação é o fenômeno contábil que expressa a perda de valor que os ativos imobilizados sofrem no tempo, por força de seu emprego nas atividades da entidade, ou seja, a perda de valor por uso. As depreciações devem ser entendidas, contabilmente, mais como reintegração de capital do que como desgaste físico.

Conforme Silva (2020), depreciação é o declínio do potencial de geração de serviços por ativos do imobilizado de longa duração, causados pelo desgaste pelo uso, deterioração física e obsolescência. Gomes (2010), observa que a depreciação é um dos principais elementos que deve ser levado em conta para a apuração correta dos custos.

É oportuno dizer que a depreciação é parte importante da mutação que ocorre com o ativo imobilizado, onde se avaliam a capacidade deste ativo em gerar benefícios para as entidades, apurados através de processo contábil que verifica a diminuição de valor decorrentes de desgastes, aspectos contratuais e legais e todos os critérios que possam ser mensurados de forma confiável.

Oliveira (2012), apresenta a depreciação como a diminuição do valor dos direitos que têm por objeto bens físicos sujeitos a desgaste ou perda de utilidade por uso, ação da natureza ou obsolescência.

Conforme Silva et al. (2014, p. 33), dentre os gastos de uma entidade, a depreciação é um gasto não desembolsável no momento da realização de seus cálculos, porém deve ser mensurado segregando-o aos produtos ou serviços ofertados, para que o faturamento destes possibilite a manutenção ou troca de bens móveis ou imóveis quando necessários, a fim de não ficarem obsoletos.

No setor público a depreciação vem se tornando relevante e ganhando destaque principalmente por delimitar a vida útil de um bem, uma vez que o objetivo da contabilidade no setor público é de fornecer informações sobre o patrimônio público da entidade, de forma transparente, sem deixar de atender a padronização das normas internacionais, buscando com isso reduzir a distância entre os aspectos normativos da convergência às normas e a aplicação. A contabilidade permite o controle do patrimônio da entidade pública através do registro de todos os atos e fatos de forma a possibilitar a transmissão de informações transparentes e fidedignas que auxiliem na tomada de decisão. Além disso, a contabilidade busca determinar através da depreciação dos ativos o valor junto aos quais os elementos podem ser classificados e apresentados, acompanhando a evolução do patrimônio público.

2.4. Estudos anteriores

O estudo de Tiveron (2013) retrata os impactos causados pela adoção da depreciação no setor público. A autora analisa a interferência que a depreciação nas demonstrações contábeis apresenta de um ano para outro, ressaltando que houve impacto no patrimônio público, pelo fato de não se apresentar anteriormente a depreciação dos bens públicos.

No estudo de Pereira e Costa (2018), foram analisados órgãos públicos do estado de Minas Gerais, localizados em Belo Horizonte, para compreender os motivos da não adoção do procedimento de depreciação por parte destes órgãos. Os autores constataram que mesmo com a exigência do registro somente alguns dos órgãos analisados realizam a depreciação dos bens

do ativo imobilizado. Outro fato constatado com o estudo, trata do desconhecimento da norma contábil por parte dos servidores.

Na pesquisa de Figueira e Silva (2014) em estudo sobre o processo de convergência às normas internacionais de contabilidade pública, realizada no setor público de Volta Redonda no Rio de Janeiro, concluiu-se que além da implantação de um sistema contábil faz-se necessária a capacitação dos funcionários públicos.

Dados do estudo de Nascimento *et al.* (2015), mostram as mudanças, os desafios e os ganhos com a implantação das novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP). Conforme o estudo, a existência de um órgão exclusivo de contabilidade federal permitiria menor dificuldade no processo de convergência.

Na análise de Soares (2021) sobre a depreciação na contabilidade pública abordou-se sobre a evolução da evidenciação contábil realizada nos municípios do estado do Paraná nos anos de 2015 a 2019. Para o autor, fica claro que ainda há a necessidade de adequação ao disposto nas normas contábeis, pois a quantidade de entidades que realizam a evidenciação não chega a 50%, o que afeta a qualidade de informações apresentadas para a sociedade.

Com relação a percepção dos contadores sobre a aplicação das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e a depreciação dos ativos imobilizados, nota-se a presença de poucos estudos diretamente ligados à depreciação, o que dificulta avaliar como os contadores lidam com esse processo em particular.

Desta maneira, estudos como o de Monteiro e Leitão (2019), apresentam informações sobre a visão do profissional contábil em relação às mudanças com a implantação das normas. Acredita-se que a mudança valorizará o profissional contábil, porém trará mais responsabilidades, eles veem que esse procedimento evidencia o objetivo da nova contabilidade que é o foco no patrimônio. Dentre os profissionais que participaram do estudo, a maioria demonstrou entendimento quanto às normas, mas foi verificado que alguns não possuem o correto entendimento delas.

No estudo de Santos e Peixe (2022), através da análise dos relatórios extraídos do Portal do Tribunal de Contas da União (TCU) dos anos de 2018, 2019 e 2020, foi apresentado que os procedimentos ainda não estão alinhados com as normas e que os contadores ainda enfrentam alguns obstáculos para o pleno atendimento às normas, uma vez que o controle patrimonial nem sempre se encontra ao alcance do contador responsável.

Portanto, a partir dos estudos mencionados, percebe-se que o setor público ainda precisa de novas pesquisas relacionadas aos ativos imobilizados e às depreciações para se entender os benefícios e desafios enfrentados em suas aplicações.

3. Metodologia

O critério adotado foi de uma pesquisa descritiva, que tem a finalidade de expor as características de determinado assunto, fenômeno e comportamento de um determinado grupo de pessoas, proporcionando através de estudos e análise de uma nova visão sobre o tema apresentado. De acordo com Gil (2002), as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis.

Os dados para obter parâmetros sobre a aplicação da convergência das normas contábeis internacionais e como estas afetam a depreciação dos ativos no patrimônio público, foram obtidos através da aplicação de um questionário eletrônico enviado ao corpo de contadores e profissionais contábeis da Prefeitura do Município de São Paulo. O questionário é composto

por 16 questões e foi aplicado a 40 servidores públicos e profissionais da área contábil no período de 04/11/2022 a 11/11/2022, em que se obteve a resposta de 27 participantes.

O desenho do questionário foi desenvolvido com base nos trabalhos de Piccoli e Klann (2015) e Nascimento et al. (2015). O intuito foi verificar como a depreciação contribui para a transparência das informações do patrimônio público em relação as normas internacionais de contabilidade, através da percepção dos servidores públicos e profissionais da área contábil. O questionário foi elaborado procurando empregar uma linguagem simples e direta de forma a auxiliar o entendimento dos respondentes.

4. Apresentação, Análise e Discussão dos Resultados

A análise e discussão dos resultados está baseada nas questões apresentadas aos servidores, sendo segregadas nos seguintes assuntos: 1) formação e área de atuação dos participantes; 2) convergência às normas internacionais e impacto na divulgação da informação; 3) servidores públicos e o processo de convergência às normas contábeis internacionais; 4) depreciação dos ativos imobilizados e 5) Sistema de informação.

4.1. Formação e área de atuação dos participantes

As questões 1 e 2 do questionário são sobre a formação e a atuação dos servidores públicos. A questão 1 consiste na pergunta “Você possui formação em Ciências Contábeis?”. O resultado obtido é que 26 servidores possuem formação na área contábil e somente 1 servidor não possui.

O intuito da questão 1 foi de conhecer se o servidor público tem formação em contabilidade e não saber se o servidor possui outra formação acadêmica. Conforme Castro (2018), os profissionais de contabilidade devem ter sólidos conhecimentos dos conceitos, princípios e técnicas de contabilidade pública, dos sistemas de informação que atendam e suportam uma adequada gestão e das novas demandas e procedimentos para instrumentalizar o controle social. Sendo assim, entende-se que a formação em contabilidade é um requisito importante para atender as diretrizes descritas por Castro.

A questão 2 trata da área de atuação dos respondentes. A pergunta foi “Em que área do serviço público você atua?”. Os resultados apontaram que 19 servidores atuam na área contábil (um deles diretamente com a convergência e adequação às normas contábeis), 3 servidores atuam na área administrativa e 5 atuam em outra área. Não foi identificado, entre os respondentes, a atuação direta de servidores sobre a depreciação de ativos imobilizados. Mais de 50% dos respondentes atuam na área contábil, o que é importante para propiciar a correta aplicação dos processos relacionados às normas contábeis.

4.2. Convergência às normas internacionais e impacto na divulgação da informação

Foram elaboradas duas questões para avaliar o impacto da convergência às normas internacionais sobre a divulgação da informação. No caso, questionou-se sobre a facilidade da divulgação e sobre o impacto para os cidadãos (resultados na Tabela 1).

Tabela 1. Questões sobre convergência às normas internacionais e impacto na divulgação da informação

Nº	Questão	Concordo Totalmente	Concordo	Não Concordo, Nem Discordo	Discordo	Discordo Totalmente
3	Com a aplicação das novas normas contábeis está mais fácil divulgar informações sobre o patrimônio público.	9	12	3	3	0
4	O processo de convergência e harmonização das normas contábeis pode afetar o cidadão que utiliza o serviço público.	5	13	5	4	0

Fonte: Dados da pesquisa

Na questão 3, a maioria dos respondentes (21) indicou que a aplicação das novas normas contábeis facilita a divulgação das informações sobre o patrimônio público. A visão não foi unânime, uma vez que 3 discordam dessa afirmação e outros 3 responderam que não concordam e nem discordam. De maneira geral, os resultados indicam que a convergência às normas contábeis tem facilitado a divulgação de informações. Apesar da complexa tarefa, as normas internacionais disciplinam sobre as variadas formas de registros dos elementos patrimoniais, o que pode auxiliar na atuação dos servidores e potencialmente justificar as respostas. O resultado é animador, uma vez que a convergência visa melhorar a qualidade da informação, como defendem Figueira e Silva (2014) ao dizer as benfeitorias trazidas pela adoção de normas contábeis baseadas nas IPSAS trazem uma força positiva na classificação de dívidas, uma maior contestação fiscal, aumento de credibilidade, melhora no entendimento dos momentos reais das decisões políticas e até uma menor potencialidade para corrupção e possui o potencial de ser um mecanismo facilitador para a divulgação das informações.

As respostas da questão 4 foram semelhantes, a maioria dos respondentes (18) concorda que o processo de convergência pode afetar os cidadãos, 4 respondentes discordaram da afirmação e 5 indicaram não concordar e nem discordar. Com isso, pode-se afirmar que, na visão dos servidores, o processo de convergência possui impacto sobre os cidadãos. Estes resultados estão aderentes a visão de Andrade (2017), que menciona que na contabilidade aplicada ao setor público há a utilização do patrimônio público independentemente da geração de recursos ou resultados financeiros ou econômicos, uma vez que a preocupação é com os resultados sociais de forma a beneficiar toda a população ou grande parte dela.

Ainda sobre os cidadãos, Figueira e Silva (2014) mencionam que a tendência dos padrões globais de simplificar a linguagem contábil na área pública tem como objetivo facilitar o acesso às informações para todos os usuários externos, sobretudo os cidadãos, na digna tarefa de demonstrar o controle social. No entanto, sua apresentação é complexa, abrangendo muitos elementos ou partes. Esta visão dos autores ressalta o possível impacto do processo de convergência para os cidadãos, o que vai de encontro com as respostas à questão 4.

4.3. Servidores públicos e o processo de convergência às normas contábeis internacionais

As questões de 5 a 9 investigam como o processo de convergência impacta os servidores públicos ligados à área contábil ou às rotinas contábeis. As questões estão na Tabela 2.

Tabela 2. Questões sobre servidores públicos e o processo de convergência às Normas Contábeis Internacionais

Nº	Questão	Concordo Totalmente	Concordo	Não Concordo, Nem Discordo	Discordo	Discordo Totalmente
5	Pode-se afirmar que somente contadores estão gerindo o patrimônio público e aplicando o processo de convergência às normas contábeis internacionais do setor público.	0	1	5	14	7
6	O profissional contábil teve seu trabalho facilitado em razão da adoção das normas internacionais.	1	5	13	5	3
7	Pode-se afirmar que a aplicação das mudanças ocorridas na contabilidade pública gera reconhecimento da importância do profissional contábil nas entidades públicas.	14	10	2	1	0
8	O administrador e o servidor público estão capacitados para atender a demanda de informações sobre o patrimônio da entidade, de forma transparente, sem deixar de atender a padronização das normas internacionais.	0	1	9	15	2
9	As mudanças do enfoque contábil advindas do processo de convergência e harmonização aos padrões internacionais estão nítidas para todos os servidores.	0	2	4	16	5

Fonte: Dados da pesquisa

A questão 5 indaga sobre haver apenas contadores gerindo o patrimônio público e aplicando o processo de convergência às normas contábeis internacionais. De maneira geral, os respondentes discordam da afirmação (21 respostas). Apenas 1 respondente concorda em ter apenas contadores nestes processos. Tais respostas estão alinhadas com as áreas de formação investigadas na questão 1, em que foi possível perceber que nem todos os profissionais são formados em contabilidade. Para Andrade (2017), a contabilidade está diretamente relacionada com os princípios fundamentais de contabilidade e com as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público, sendo importantes conhecimentos e que costumam ser ensinados e discutidos com os formados em contabilidade.

A questão 6 apresenta um resultado diferenciado, uma vez que 13 das 27 respostas foram de que não concordam e nem discordam de que o profissional contábil teve seu trabalho facilitado em razão da adoção das normas internacionais. Possivelmente estes servidores acreditam que o trabalho continua em um mesmo nível de dificuldade ou possuem dúvidas sobre a avaliação do impacto. Além disso, este argumento da dúvida é reforçado por ter a mesma quantidade de respostas no item “concordo” e no item “discordo” (5 respostas).

A questão 7 indica que os servidores acreditam que a aplicação das mudanças ocorridas na contabilidade pública gera reconhecimento da importância do profissional contábil, com 24

respostas concordando com a afirmação. Nascimento *et al.* (2015) afirma que estamos vivenciando uma nova contabilidade aplicada ao setor público, um processo de melhoria da qualidade de evidenciação que mesmo sendo considerado complexo e inovador, tem por finalidade tornar as informações contábeis dos entes, mais compreensíveis, úteis e confiáveis aos usuários, auxiliando nas tomadas de decisões mais seguras. Esta melhoria na qualidade reforça o papel significativo do profissional contábil na utilização e aplicação dos atuais normativos contábeis.

Já os resultados da questão 8 indicam que os servidores públicos da área contábil não estão adequadamente capacitados para atender a demanda de informações sobre o patrimônio da entidade, de forma transparente, sem deixar de atender a padronização das normas internacionais (17 das 26 respostas discordaram da afirmação apresentada). De forma semelhante, a questão 9 apresentou como resultado que as mudanças do enfoque contábil advindas do processo de convergência e harmonização aos padrões internacionais não estão nítidas para todos os servidores (21 das 27 respostas discordaram da afirmação).

4.4. Depreciação dos ativos imobilizados

As questões de 10 a 14 abordaram sobre aspectos relacionados à depreciação dos ativos imobilizados. Os resultados estão na Tabela 3.

Tabela 3. Questões sobre depreciação dos ativos imobilizados

Nº	Questão	Concordo Totalmente	Concordo	Não Concordo, Não Discordo	Discordo	Discordo Totalmente
10	O conhecimento das peculiaridades da depreciação dos ativos imobilizados é relevante no processo de avaliação do patrimônio público.	16	11	0	0	0
11	A convergência às normas contábeis internacionais do setor público altera o registro da depreciação do ativo imobilizado.	5	15	5	1	1
12	As mudanças promovidas na contabilidade pública em relação à depreciação dos ativos imobilizados trouxeram mais trabalho aos profissionais contábeis.	5	16	4	2	0
13	Pode-se dizer que o administrador e o servidor público aplicam todas as propriedades de registro na depreciação dos bens públicos em relação às normas brasileiras de contabilidade.	0	1	12	12	2
14	A tomada de decisão dos administradores e servidores públicos é baseada em informações fidedignas. A não observância da depreciação afeta a qualidade desta decisão.	8	13	4	1	1

Fonte: Dados da pesquisa

Todos os respondentes concordam que o conhecimento das peculiaridades da depreciação dos ativos imobilizados é relevante no processo de avaliação do patrimônio público (respostas relacionadas à questão 10). Sobre a questão 11, a maioria dos servidores concordam que a convergência às normas contábeis internacionais do setor público altera o registro da depreciação do ativo imobilizado. Apesar de que as normas atuais do setor público são semelhantes às normas do setor privado com relação aos processos de depreciação, há de se destacar que a prática da depreciação não era, até então, comum no setor público, dado o enfoque orçamentário deste setor. Isso provavelmente impactou e justifica a visão dos respondentes.

Com relação à questão 12, os servidores acreditam que as mudanças promovidas na contabilidade pública em relação à depreciação dos ativos imobilizados trouxeram mais trabalho aos profissionais contábeis (21 dos 27 respondentes concordam com a afirmação). Na questão 6 os servidores não tiveram a mesma convicção ao afirmar sobre o profissional contábil ter seu trabalho facilitado em razão da adoção das normas internacionais. O resultado é interessante e demonstra que, na visão dos respondentes, o processo específico para a depreciação dos ativos imobilizados trouxe mais trabalho aos profissionais contábeis, mas o mesmo não pode ser dito em relação aos demais processos envolvidos na convergência às normas internacionais. Uma possibilidade de interpretação é que, na visão dos respondentes, tenham processos que se tornaram mais complexos e outros mais simples.

Para a questão 13, os servidores discordaram, em sua maioria, da afirmação sobre o administrador e o servidor público aplicar todas as propriedades de registro na depreciação dos bens públicos em relação às normas brasileiras de contabilidade. Uma boa parte das respostas foi de que nem concorda e nem discordam.

A questão 14 abordou sobre o impacto da depreciação na tomada de decisão dos administradores e servidores. Para os respondentes, a depreciação impacta a qualidade da decisão, uma vez que 21 servidores concordaram com a afirmação.

De maneira geral, os respondentes acreditam que a depreciação, apesar de ser mais trabalhosa decorrente dos novos normativos contábeis, é importante na avaliação do patrimônio público e afeta a tomada de decisão dos servidores públicos.

4.5. Sistemas de informação

Esta seção investiga sobre questões relacionadas ao sistema de informação utilizado no amparo das atividades contábeis. Foram realizadas duas questões sobre o assunto, presentes na Tabela 4.

A questão 15 busca saber sobre o sistema informatizado adotado pela entidade, se está equipado para atender as Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público. Dos respondentes, 13 acreditam que o sistema não está equipado para atender as normas e apenas 3 acreditam que o sistema está equipado para este fim. Uma boa parte dos respondentes disse não concordar e nem discordar da afirmação (11). De acordo com Castro (2018), a contabilidade assume seu papel de fonte de informações para as organizações do setor público, servindo como referência de consulta, registro, mensuração e evidência das políticas e atos da gestão pública. Para que a contabilidade possa exercer esse papel de fonte de informações, é necessário um sistema bem estruturado, o que, de acordo com as respostas obtidas, não parecer ser uma realidade.

Por fim, a questão 16 indagou sobre a necessidade de um treinamento específico para adequação às normas, dada a realidade de cada setor que utiliza o sistema contábil. Essa

diferenciação por setor reflete a possibilidade de diferentes níveis de conhecimento entre os diferentes setores. Para quase a unanimidade dos respondentes (25 de 27), há a necessidade de treinamentos específicos.

A conclusão deste conjunto de questões apresenta, a importância de um sistema informatizado que atenda as normas de contabilidade, e sinaliza que um treinamento específico adequação das normas com a realidade de cada setor, auxilia bastante a rotina dos servidores.

Tabela 4. Questões sobre sistemas de informação

Nº	Questão	Concordo Totalmente	Concordo	Não Concordo, Nem Discordo	Discordo	Discordo Totalmente
15	O sistema informatizado adotado está equipado para atender as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.	0	3	11	11	2
16	Acredito ser necessário um treinamento específico para adequação às normas com a realidade de cada setor que utiliza esse sistema.	15	10	2	0	0

Fonte: Dados da pesquisa

5. Conclusão

No decorrer dos últimos anos, a Contabilidade no Brasil e no Mundo vem passando por mudanças fundamentais, visando o alinhamento das informações contábeis, com foco no patrimônio público. Este processo tem ganhado forças e ensejou a investigação sobre a sua importância na ótica de servidores públicos envolvidos no processo. Além disso, investigou-se como a depreciação, um procedimento específico da convergência às normas internacionais, é vista neste processo.

No estudo verificou-se que a maioria dos participantes tem conhecimento em ciências contábeis. Contudo, dentre os servidores que gerem o patrimônio público, não há somente contadores. Como resultados, obteve-se que, na visão dos respondentes, conhecer as particularidades da depreciação auxilia na avaliação do patrimônio. Todavia, seu entendimento precisa ser aprimorado uma vez que a convergência aos padrões contábeis internacionais deve envolver todos os servidores da área contábil. Observou-se que a convergência às normas contábeis pode afetar o cidadão que utiliza o serviço público, porém não foi verificado de que modo e nem quanto pode afetar os cidadãos.

Outro resultado apontou que nem todos os servidores possuem o devido conhecimento para aplicar a depreciação do patrimônio público. As mudanças nos padrões contábeis afetam a depreciação, geram serviços adicionais aos profissionais contábeis e proporciona o reconhecimento da importância de um profissional contábil nas entidades públicas.

As respostas apresentam a necessidade de capacitar os profissionais referente a padronização das normas internacionais, para que atendam a demanda de informações referentes a gestão do patrimônio público e a aplicabilidade dos registros na depreciação dos bens públicos.

A análise das questões indicou que as mudanças do enfoque contábil advindas do processo de convergência aos padrões internacionais não estão nítidas para todos os servidores,

que o sistema informatizado adotado não está equipado para atender as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e que é importante a adoção de um treinamento específico para a adequação às normas conforme a realidade de cada setor.

Conclui-se, dessa forma, que há a necessidade de continuar os estudos sobre como a convergência das normas contábeis afeta os agentes públicos e como a depreciação dos ativos imobilizados é vista nesse processo. Sugere-se a realização de estudos em outros setores e órgãos da administração pública, de modo que essas informações tragam contribuições para a literatura.

6. Referências

ANDRADE, Nilton de Aquino. **Contabilidade pública na gestão municipal**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

CASTRO, Domingos Poubel de. **Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público**. 7.ed. - São Paulo, 2018.

CFC. Conselho Federal de Contabilidade. **Normas Brasileiras de Contabilidade: contabilidade aplicada ao setor público. NBCs T 16.1 a 16.11**. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2012. Publicação eletrônica.

FIGUEIRA, Lissa da Cunha; SILVA, Taynara Alves. **O Processo de Convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Pública: Um Estudo empírico do Setor Público de Volta Redonda**. Volta Redonda/RJ 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Adriano. **Contabilidade intermediária**. Curitiba: IESDE Brasil S.A. 2010.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu. **Contabilidade Introdutória**. 12 ed. São Paulo: Atlas. 2019.

IUDÍCIUS, Sergio de. **Contabilidade comercial: atualizado conforme Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade Pública: teoria e prática**. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MONTEIRO, Otávio Henrique Cintra. LEITÃO, Carla Renata Silva. **Percepção dos Contadores do Governo do Estado do Pernambuco sobre as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor público (NBCASP)**. Revista de Auditoria Governança e Contabilidade, v.7 n.28 (2019): RAGC

NASCIMENTO, José Orcélio do; SANTOS, Solange Maria da Silva; ZITTEL, Marcus Vinicius Moreira; ARNOSTI, José Carlos Melchior. **A Nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público: uma mudança de Paradigma, a Contabilidade não mais vista exclusivamente pelo enfoque Orçamentário e Financeiro**. Congresso de Contabilidade – 2015. Universidade Federal de Santa Catarina.

NBC TSP 07. **Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público 07 – Ativo Imobilizado**. 2017. Acesso em: 18/09/2023. Disponível em: <<https://cfc.org.br/tecnica/normas-brasileiras-de-contabilidade/nbc-tsp-do-setor-publico/>>.

OLIVEIRA, Justino. **Contabilidade geral para concursos públicos**. Niterói, RJ: Impetus, 2012.

PEREIRA, Neusa Cândida de Faria Dias; COSTA, Claudio Luiz de Oliveira. **A Depreciação na Nova Contabilidade Pública: Uma Análise em Órgãos Públicos do Estado de Minas Gerais**. São João Del Rei. 2018.

SÁ, Antônio Lopes de; SÁ, Ana Maria. **Dicionário de Contabilidade**. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SANTOS, Marcos Roberto dos; PEIXE, Blênio Cesar Severo. Implementação da Nova Contabilidade Pública na Administração Pública Federal - sob a ótica da avaliação dos relatórios de gestão dos anos de 2018 até 2020. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 7, p. e6611729569, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i7.29569. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/29569>. Acesso em: 19 jun. 2022.

SILVA, Júlio César da; SILVA, Alini; PLETSCHE, Caroline Sulzbach; ROSA, Fabricia Silva da. O Impacto da Depreciação nos Índices Econômicos e Financeiros de uma Organização Pública pela Aplicação da IPSAS 17. **Pensar Contábil**, v. 16, n. 60, p. 32 – 40, 2014.

SILVA, Wesmey. **Descomplicando a Contabilidade Pública**. 1 ed. Fortaleza. 2020.

SOARES, Mateus Camillo. **Depreciação na Contabilidade Pública: Uma Análise da Evolução da Evidenciação Contábil nos Municípios do Estado Paraná**. Pato Branco. 2021.

TIVERON, Isabella Ramos. **Impactos causados pela adoção da depreciação no setor público**. Brasília 2013.